

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DE SANTA CATARINA - CAU/SC

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA - CAU/SC

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 06 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SC 000202/F-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - SC

Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	7.294.264,26	PASSIVO CIRCULANTE	366.230,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.773.128,56	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	442.421,49	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	78.714,21	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.222,03
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	323.856,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	501.353,57	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	36.152,60
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.848,81	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.848,81	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	474.242,39	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	703.471,29	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	229.228,90	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	17.262,37	RESULTADO DIFERIDO	0,00
SOFTWARES	23.573,87		0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	6.311,50		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	366.230,63

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	7.429.387,20
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.429.387,20
TOTAL	7.795.617,83	TOTAL	7.795.617,83
ATIVO FINANCEIRO	6.773.128,56	PASSIVO FINANCEIRO	813.193,37
ATIVO PERMANENTE	1.022.489,27	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			6.982.424,46

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	5.959.935,19	5.834.016,08

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	7.065.691,41	6.584.329,01	Despesa Orçamentária	6.637.710,14	5.992.701,51
RECEITA REALIZADA	7.065.691,41	6.584.329,01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	412.841,56	331.263,40
RECEITA CORRENTE	7.065.691,41	6.584.329,01	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	6.222,03	298.530,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	2.615.975,69	2.303.836,91	CREDITO EMPENHADO – PAGO	6.218.646,55	5.362.908,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.615.975,69	2.303.836,91	DESPEZA CORRENTE	6.074.602,97	5.355.635,80
ANUIDADES	2.615.975,69	2.303.836,91	PESSOAL	3.535.075,28	3.170.551,80
RECEITA DE SERVIÇOS	3.637.478,94	3.360.107,73	MATERIAL DE CONSUMO	53.221,77	56.581,98
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES		12.000,00	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	416.949,13	353.689,49
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	14.211,47	12.431,21	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	992.495,93	1.366.947,65
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3.622.693,07	3.335.542,79	ENCARGOS DIVERSOS	172.109,97	139.941,87
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	574,40	133,73	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	931,19	16.258,80
FINANCEIRAS	799.597,04	917.683,55	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	903.819,70	251.664,21
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	799.597,04	917.683,55	DESPEZA DE CAPITAL	144.043,58	7.272,20
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	67.973,74	50.839,13	INVESTIMENTOS	144.043,58	7.272,20
MULTAS SOBRE ANUIDADES	78.720,30	72.548,56	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		7.272,20
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	652.903,00	794.295,86	PESSOAL E ENCARGOS		3.090.044,56
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO	583,37		REMUNERAÇÃO PESSOAL		2.171.754,14
TRANSFERENCIAS CORRENTES	10,02	0,03	ENCARGOS SOCIAIS		625.585,25

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.629,72	2.700,79	BENEFÍCIOS A PESSOAL		292.705,17
MULTAS DE INFRAÇÕES	6.366,40	1.542,86	DIÁRIAS		80.507,24
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.831,95	1.157,93	MATERIAL DE CONSUMO		56.581,98
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	141,19		REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS		48.584,61
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	1.290,18		DIÁRIAS		305.104,88
			SERVIÇOS DE CONSULTORIA		271.918,21
			SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		4.056,81
			MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS		435.334,00
			SERVIÇOS PRESTADOS		576.372,31
			PASSAGENS		79.266,32
			ENCARGOS DIVERSOS		139.941,87
			FUNDO DE APOIO AO CAU-UF		209.108,00
			CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO		42.556,21
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	2.057.041,32	1.961.336,61	Pagamentos Extraorçamentários	2.261.099,00	2.005.370,97
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	412.841,56	329.282,84	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	254.097,02	454.002,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados	6.222,03	300.510,67	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	298.530,11	207.085,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	618.026,02	540.462,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	662.270,86	528.781,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.019.951,71	791.080,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.046.201,01	815.502,15
Saldo em espécie do Exercício Anterior	6.549.204,97	6.001.611,83	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	6.773.128,56	6.549.204,97
Caixa e Equivalente de Caixa	6.549.204,97	6.001.611,83	Caixa e Equivalente de Caixa	6.773.128,56	6.549.204,97
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	15.671.937,70	14.547.277,45		15.671.937,70	14.547.277,45

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	7.492.316,95	7.182.482,36	7.065.691,41	-116.790,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	2.640.845,00	2.736.708,41	2.615.975,69	-120.732,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.640.845,00	2.736.708,41	2.615.975,69	-120.732,72
ANUIDADES	2.640.845,00	2.736.708,41	2.615.975,69	-120.732,72
RECEITA DE SERVIÇOS	3.985.952,50	3.630.687,50	3.637.478,94	6.791,44
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	14.000,00	14.000,00	14.211,47	211,47
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3.971.452,50	3.616.187,50	3.622.693,07	6.505,57
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	500,00	500,00	574,40	74,40
FINANCEIRAS	862.519,45	812.086,45	805.963,44	-6.123,01
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	862.519,45	812.086,45	805.963,44	-6.123,01
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	60.000,00	57.000,00	67.973,74	10.973,74
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	5.000,40	5.000,40	6.366,40	1.366,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	77.519,05	70.086,05	78.720,30	8.634,25
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	720.000,00	680.000,00	652.903,00	-27.097,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	10,02	10,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.000,00	3.000,00	6.263,32	3.263,32
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	4.831,95	1.831,95
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	141,19	141,19
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	0,00	0,00	1.290,18	1.290,18

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA DE CAPITAL			5.210.405,40	5.530.121,40	0,00	-5.530.121,40	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			5.210.405,40	5.530.121,40	0,00	-5.530.121,40	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			5.210.405,40	5.530.121,40	0,00	-5.530.121,40	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			12.702.722,35	12.712.603,76	7.065.691,41	-5.646.912,35	
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL			12.702.722,35	12.712.603,76	7.065.691,41	-5.646.912,35	
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE		7.372.805,69	7.183.036,06	6.478.710,31	6.080.825,00	6.074.602,97	704.325,75
PESSOAL		4.029.918,10	3.900.283,36	3.549.739,90	3.535.075,28	3.535.075,28	350.543,46
PESSOAL E ENCARGOS		3.962.918,10	3.844.659,68	3.504.059,63	3.489.395,01	3.489.395,01	340.600,05
DIÁRIAS		67.000,00	55.623,68	45.680,27	45.680,27	45.680,27	9.943,41
MATERIAL DE CONSUMO		44.950,00	63.615,57	53.221,77	53.221,77	53.221,77	10.393,80
MATERIAL DE CONSUMO		44.950,00	63.615,57	53.221,77	53.221,77	53.221,77	10.393,80
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		461.190,00	473.517,31	418.667,83	418.667,83	416.949,13	54.849,48
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS		103.040,00	69.797,11	59.571,93	59.571,93	59.571,93	10.225,18
DIÁRIAS		358.150,00	403.720,20	359.095,90	359.095,90	357.377,20	44.624,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.908.510,89	1.503.149,04	1.330.480,46	996.999,26	992.495,93	172.668,58
SERVIÇOS DE CONSULTORIA		482.416,52	551.559,83	472.180,84	146.051,72	146.051,72	79.378,99
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		0,00	22.810,96	21.031,92	21.031,92	20.291,60	1.779,04
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS		555.999,00	12.197,16	12.197,16	12.197,16	12.197,16	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS		793.595,37	810.421,42	741.372,19	734.020,11	730.257,10	69.049,23
PASSAGENS		76.500,00	106.159,67	83.698,35	83.698,35	83.698,35	22.461,32
ENCARGOS DIVERSOS		180.740,00	189.389,84	172.109,97	172.109,97	172.109,97	17.279,87
ENCARGOS DIVERSOS		180.740,00	189.389,84	172.109,97	172.109,97	172.109,97	17.279,87

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	931,19	931,19	931,19	931,19	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	747.496,70	1.052.149,75	953.559,19	903.819,70	903.819,70	98.590,56
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	232.735,00	232.735,00	232.735,00	232.735,00	232.735,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	514.761,70	263.415,75	164.825,19	115.085,70	115.085,70	98.590,56
CSC - Centro de Serviço Compartilhado	0,00	555.999,00	555.999,00	555.999,00	555.999,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	5.210.405,00	5.529.544,76	158.999,83	144.043,58	144.043,58	5.370.544,93
INVESTIMENTOS	5.210.405,00	5.529.544,76	158.999,83	144.043,58	144.043,58	5.370.544,93
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	192.000,00	283.751,13	155.425,96	140.469,71	140.469,71	128.325,17
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.018.405,00	5.242.219,76	0,00	0,00	0,00	5.242.219,76
INTANGÍVEL	0,00	3.573,87	3.573,87	3.573,87	3.573,87	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	119.511,66	22,94	0,00	0,00	0,00	22,94
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	12.702.722,35	12.712.603,76	6.637.710,14	6.224.868,58	6.218.646,55	6.074.893,62
SUPERÁVIT	0,00	0,00	427.981,27	0,00	0,00	-427.981,27
TOTAL	12.702.722,35	12.712.603,76	7.065.691,41	6.224.868,58	6.218.646,55	5.646.912,35

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.778.918,71	7.396.831,59	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	7.215.197,00	6.232.585,89
CONTRIBUIÇÕES	3.326.185,03	3.115.448,34	PESSOAL E ENCARGOS	3.502.543,61	3.384.526,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.326.185,03	3.115.448,34	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	3.190.459,03	3.091.635,47
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.326.185,03	3.115.448,34	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	3.190.459,03	3.091.635,47
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.637.916,64	3.360.107,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL	312.084,58	292.890,92
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.637.916,64	3.360.107,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	312.084,58	292.890,92
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.637.916,64	3.360.107,73	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.001.273,92	2.500.814,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	805.963,44	919.226,41	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	53.701,77	58.142,28
JUROS E ENCARGOS DE MORA	6.366,40	1.542,86	CONSUMO DE MATERIAL	53.701,77	58.142,28
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	6.366,40	1.542,86	SERVIÇOS	1.869.837,76	2.375.720,98
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	67.973,74	50.839,13	DIARIAS	404.776,17	394.151,21
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	67.973,74	50.839,13	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	149.393,17	136.471,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	731.623,30	866.844,42	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.315.668,42	1.845.098,12
MULTAS SOBRE ANUIDADES	731.623,30	866.844,42	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	77.734,39	66.950,95
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	10,02	0,03	DEPRECIACAO	77.734,39	66.950,95
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	908.819,70	347.245,29
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	908.819,70	347.245,29
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,02	0,03	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	908.819,70	347.245,29
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,02	0,03	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	802.559,77	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.843,58	2.049,08	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	802.559,77	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	141,19	0,00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	802.559,77	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	141,19	0,00			
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.702,39	2.049,08			
INDENIZAÇÕES	4.831,85	1.157,93			
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	3.870,54	0,00			
REVERSÃO DE PROVISÕES	0,00	223,78			

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	667,37			
Total das Variações Ativas :	7.778.918,71	7.396.831,59	Total das Variações Passivas :	7.215.197,00	6.232.585,89
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	563.721,71	1.164.245,70
Total	7.778.918,71	7.396.831,59	Total	7.778.918,71	7.396.831,59

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	7.065.691,41	6.584.329,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.615.975,69	2.303.836,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.615.975,69	2.303.836,91
ANUIDADES	2.615.975,69	2.303.836,91
RECEITA DE SERVIÇOS	3.637.478,94	3.360.107,73
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	0,00	12.000,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	14.211,47	12.431,21
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3.622.693,07	3.335.542,79
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	574,40	133,73
FINANCEIRAS	799.597,04	917.683,55
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	799.597,04	917.683,55
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	67.973,74	50.839,13
MULTAS SOBRE ANUIDADES	78.720,30	72.548,56
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	652.903,00	794.295,86
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO	583,37	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10,02	0,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.629,72	2.700,79
MULTAS DE INFRAÇÕES	6.366,40	1.542,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.831,95	1.157,93
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	141,19	0,00
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	1.290,18	0,00
OUTROS INGRESSOS	1.637.977,73	1.331.543,10
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	6.218.646,55	5.362.908,00
DESPEZA CORRENTE	6.074.602,97	5.355.635,80
PESSOAL	3.535.075,28	3.170.551,80
MATERIAL DE CONSUMO	53.221,77	56.581,98
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	416.949,13	353.689,49
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	992.495,93	1.366.947,65
ENCARGOS DIVERSOS	172.109,97	139.941,87
DESPEAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	931,19	16.258,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	903.819,70	251.664,21
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.090.044,56
REMUNERAÇÃO PESSOAL	0,00	2.171.754,14
ENCARGOS SOCIAIS	0,00	625.585,25
BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	292.705,17
DIÁRIAS	0,00	80.507,24
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	56.581,98
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	0,00	48.584,61
DIÁRIAS	0,00	305.104,88
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	271.918,21
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	0,00	4.056,81

	Exercício Atual	Exercício Anterior
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	0,00	435.334,00
SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	576.372,31
PASSAGENS	0,00	79.266,32
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	139.941,87
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	0,00	209.108,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	0,00	42.556,21
OUTROS DESEMBOLSOS	2.261.099,00	2.005.370,97
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	367.967,17	554.865,34
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	144.043,58	7.272,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	7.272,20
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-144.043,58	-7.272,20
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	223.923,59	547.593,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.549.204,97	6.001.611,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	6.773.128,56	6.549.204,97

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU SC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista. Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Estadual, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado cidade de Florianópolis (SC), na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 260 – Ed. Royal Business Center, 6º andar, Centro, sob a jurisdição do Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisão para contingências, sempre que constituída; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 9), e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 13). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2. e 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) **Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/SC procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.

b) **Base de mensuração** – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) **Julgamento pela aplicação** – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/SC, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos de Anuidade	2.299.488,00	1.604.021,78
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.857.066,51)	-
Total	442.421,49	1.604.021,78

Do montante de R\$1.857.066,51 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$802.559,77, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$1.054.506,74 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho. O ajuste para perdas de devedores duvidosos é calculado atualmente, conforme metodologia apresentada na nota explicativa nº 6, sendo utilizado no exercício de 2017 o percentual de 80,76%.

3.3. Estoques

Caso a Entidade venha a manter controle dos estoques, estes serão registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Utensílios de Cozinha	5
Equipamentos de Processamento de dados	5
Biblioteca	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição Financeira	Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Banco do Brasil c/ Movimento	Cta Corrente	-	7.891,71
Banco do Brasil c/ Arrecadação	Cta Corrente	-	8.827,60
Banco do Brasil – Fundos de Investimento 105810-X	Aplicação	1.055.048,48	1.660.026,79
Banco do Brasil – Fundos de Investimento 106810-X	Aplicação	5.718.080,08	4.209.853,67
Banco do Brasil Ourocap	Tít. Capitalização	-	662.605,20
Total		6.773.128,56	6.549.204,97

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a Curto Prazo

Os valores a receber classificados no grupo Créditos a Curto Prazo estão segregados por anuidades do ano corrente Pessoa Física e Pessoa Jurídica, e exercícios anteriores Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.111/07, foram reconhecidos nos encerramentos de 2017, as perdas estimadas, considerando saldos contábeis.

Uma vez levantado a divergência entre valores contábeis e relatório SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU), foram necessários ajustes contábeis. Visto que, as contas de anuidades são reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária (Nota 3.2 e 3.2.1). E, em decorrência deste levantamento foi constituído saldo de Provisão de Perdas Duvidosas. Para apuração do percentual de Provisão de Perdas Duvidosas, foi realizado um comparativo dos 3 últimos anos versus 31/12/2017, onde obteve-se o percentual de 80,76% de inadimplência, o método utilizado foi a média ponderada, sendo assim aplicando – se à Resolução CFC nº 1.111/07.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Pessoa Física – Exercício Corrente	660.241,13	497.729,06
Pessoa Jurídica – Exercício Corrente	333.517,87	238.632,52
Pessoa Física – Exercícios Anteriores	876.103,09	621.071,62
Pessoa Jurídica – Exercícios Anteriores	429.625,91	246.588,58
(-) Provisão para Perdas de Créditos PF	(1.240.751,60)	-
(-) Provisão para Perdas de Créditos PJ	(616.314,91)	-
Total	442.421,49	1.604.021,78

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias		
De 90 a 180 dias	2.299.488,00	1.604.021,78
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.857.066,51)	-
Total	442.421,49	1.604.021,78

7. Demais créditos a curto prazo

Os demais créditos são representados por contas de adiantamentos diversos, impostos retidos indevidamente, impostos a recuperar e depósitos judiciais. Podemos destacar algumas contas com os valores relevantes e outras de valores que não impactam no balanço patrimonial.

7.1. Adiantamento de Fornecedores

Esse saldo é remanescente do ano 2014.

Data – Conta – Adtos a Fornecedores	Valor
08/12/2014 -adto. Angeloni	404,85
08/12/2017 – Baixa Angoloni	(402,99)
22/12/2017 – Adto Celesc	14,63
Total	16,49

7.2. Adiantamento de Férias

São pagamentos de férias efetuados adiantadamente, quando da confecção da folha esse valor pode diminuir ou permanecer para ser descontado na próxima folha.

Data – Conta – Adtos de Férias	Valor
27/12/2017 – Pagamento Férias diversos funcionários	12.656,05
Total	12.656,05

7.3. Adiantamento Diversos

Atualmente nesta conta tem valores de anos anteriores e do exercício corrente. São efetuados lançamentos a título de adiantamentos a fornecedores, quando de fato ocorre a despesa e baixado o valor adiantado, conforme quadro de movimentação abaixo.

Data – Conta – Adtos Diversos	Valor
31/12/2016 – Saldo de exercícios anteriores	629,38
14/09/2017 – Adto. WTL Turismo e Locação	285,91
04/10/2017 – Adto. Condomínio Royal Busines Center	460,16
01/11/2017 - Adto. Condomínio Royal Busines Center	441,88
07/11/2017 – Baixa adiant. Condomínio Royal Busines Center	(372,45)
05/12/2017 – Baixa adiant. Condomínio Royal Busines Center	(249,15)
05/12/2017 - Adto. Condomínio Royal Busines Center	341,47
08/12/2017 – Baixa adiant. Condomínio Royal Busines Center	(280,44)
21/12/2017 – Adiantamento p/ diversas despesas	5.000,00
22/12/2017 – Adiantamento p/ diversas despesas	455,13
28/12/2017 – Adto. Condomínio Royal Busines Center	29.899,12
Total	36.611,01

7.4. Adiantamento à Imprensa Nacional

Nesta conta e realizados os adiantamentos a Imprensa Nacional, quando incorrida a despesa e utilizada os créditos existentes.

Data – Conta – Adtos à Imprensa Nacional	Valor
31/12/2017 – saldo de adiantamento em 07/11/2017	618,16
Total	618,16

7.5. Adiantamento da Folha de Pagamento

A conta adiantamento da folha de pagamento ela comporta os valores que não são despesa da entidade, ou seja, descontos efetuados na folha com pessoal, como plano de saúde e vale transporte.

Data – Conta – Adtos da Folha de Pagamento	Valor
28/12/2017 – Plano de saúde – Agemed	2.455,43
28/12/2017 – Vale transporte – SETUF e Fenix	774,27
Total	3.229,70

7.6. Processo nº 5002523-18.2015.4.04.7212

Essa conta tem como ano de abertura 2017, o valor contido nela é oriundo de uma decisão judicial em favor do CAU/SC. Tendo com valor total da ação de R\$3.870,54, a qual será recebida em 03 parcelas.

Data – Conta – Proc. nº 5002523-18.2015.4.04.7212	Valor
30/11/2017 – Reconhecimento da receita decisão de ação.	3.870,54
30/11/2017 – Recebimento parcela 01/03.	(1.290,18)
Total	2.580,36

7.7. Impostos a Recuperar e Retidos indevidamente

Os saldos destas contas são oriundos de exercícios anteriores. No exercício de 2015, contrariando a IN 1.234, artigo 4º, parágrafo VII, foi retido equivocadamente IR sobre rendimento financeiro. Referente ao valor retido de R\$11.519,05, foi formalizado pedido de Restituição na Secretaria da Receita Federal em 01/07/2016, Processo n.º 11516.722596/2016-84, e pode ser acompanhado através do portal Comprot do Ministério da Fazenda. No ano de 2017 não houve movimentação do saldo descrito abaixo.

Data – Conta – Impostos a Recuperar	Valor
30/04/2015 (Conta 5810) – IRRF	14,80
30/04/2015 (Conta 6810) – IRRF	0,05
30/04/2015 (Conta 6810) – IOF	5,72
31/12/2016 – Reconhecimento de salário maternidade	1.906,46
Total	1.927,03

Data – Conta – Imposto retidos indevidamente	Valor
31/05/2015 (Conta 5810) – IRRF	4.062,56
31/05/2015 (Conta 6810) – IRRF	10.130,30
10/07/2015 (Devolução Parcial Conta 5810)	(3.676,11)
30/06/2015 (Conta 5810) – IRRF	525,05
30/06/2015 (Conta 6810) – IRRF	24,05
31/07/2015 (Conta 5810) – IRRF	453,23
Total	11.519,08

7.8. Devedores da Entidade

Os valores lançados nesta conta, são provenientes de pagamentos a maior, juros e multas, o qual constituem um direito a ser devolvidas a entidade.

Data – Conta – Devedores da Entidade	Valor
31/12/2016 – Saldo de exercícios anteriores.	5.702,67
31/12/2017 – saldo do exercício 2017	3.777,48
Total	9.480,15

7.9. Fundo de Apoio

Esta conta apresenta pequenos valores remanescentes de exercícios anteriores: 2013,2014 e 2015. São recebimentos de RRT (Registro de Responsabilidade Técnica).

Data – Conta – Devedores da Entidade	Valor
31/12/2013 – Saldo de exercício 2013	50,95
31/12/2014 – saldo do exercício 2014	3,96
31/12/2015 – saldo do exercício 2015	21,27
Total	76,18

8. Imobilizado

Descrição	Custo em 31/12/2017	Depreciação Acumulada	Líquido em 2017	Líquido em 2016
Móveis e Utensílios	358.115,33	(80.630,59)	277.484,74	238.237,51
Máquinas e Equipamentos	118.930,63	(29.681,10)	89.249,53	84.273,13
Instalações	9.394,90	(3.149,94)	6.244,96	7.090,36
Utensílios de Cozinha	742,43	(354,76)	387,67	454,51
Equipamentos de Processamento de Dados	214.968,50	(115.050,32)	99.918,18	78.184,35
Biblioteca	1.319,50	(362,19)	957,31	1.089,43
Total	703.471,29	(229.228,90)	474.242,39	409.329,29

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme Nota 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo Inicial em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e Utensílios	290.331,95	69.064,50	-	358.115,33
Máquinas e Equipamentos	104.008,00	14.922,63	-	118.993,63
Instalações	9.394,90	-	-	9.394,90
Utensílios Copa e Cozinha	742,43	-	-	742,43
Equip. Processamento de Dados	157.204,80	57.763,70	-	214.968,50
Biblioteca	1.319,50	-	-	1.319,50
Total Imobilizado				703.471,29
Depreciação				(229.228,90)
Valor Líquido Imobilizado				474.242,39

9. Intangível

Descrição	Custo em 31/12/2017	Depreciação Acumulada em 31/12/2017	Líquido em 2017	Líquido em 2016
Softwares – Licença Anual	7.573,87	(6.311,50)	1.262,37	4.000,00
Softwares – Intranet	16.000,00	-	16.000,00	3.000,00
Total	23.573,87	(6.311,50)	17.262,37	7.000,00

Movimentação do intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Saldo em 31/12/2017
Softwares – Licença Anual	4.000,00	3.573,87	7.573,87
Softwares – Intranet	3.000,00	13.000,00	16.000,00
Total Intangível			23.573,87
Amortização			(6.311,50)
Valor Líquido Intangível			17.262,37

10. Fornecedores a pagar

Os fornecedores a pagar em 31/12/2017 foram classificados como Restos a Pagar pelo valor de despesas liquidadas e não pagas. Sendo apresentado detalhamento em relatório anexo “Composição de Fornecedores”

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de Materiais e Serviços	6.222,03	118.105,50

A entidade utiliza prazo médio de 40 dias para liquidações de seus fornecedores, devendo então ser considerado como aging list o saldo contábil a ser pago neste prazo.

11. Demais Obrigações a curto prazo

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Encargos Sociais	-	197.154,64
Provisão Férias	321.906,34	308.925,22
Devoluções de Contribuição	1.137,73	1.137,73
Receitas não identificadas	811,93	811,93
Tributos a Recolher	32.258,09	61.395,35
Garantias – Dynamika Soluções Web Ltda	2.270,00	2.270,00
Outros valores a Restituíveis	1.624,51	-
Total	360.008,60	571.694,87

12. Provisão para riscos processuais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina não constitui provisões por estimativa para riscos processuais. Contudo, em 31/12/2017, foi realizado uma avaliação pelos assessores jurídicos da Entidade onde aponta a probabilidade possível de perda, razão pela qual não houve a necessidade de constituir uma provisão conforme orienta o Comitê de Pronunciamento Contábeis nº 25 (CPC-25) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a) Perdas Possíveis, não provisionadas no Balanço.

Em 31/12/2017 conforme relatório emitidos pelos assessores jurídicos da Entidade, temos o seguinte processos como possível.

Tipo de Ação	Valor
Ação Civil	1.000,00
Ação Ordinária	3.282,75
Ação Trabalhista Ordinária	55.708,95
Total	59.991,70

13. Partes relacionadas

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria. Houveram rescisões de contrato de trabalho, que serão apresentadas em relatório anexo.

14. Patrimônio Líquido

Foram ajustados ao Patrimônio Líquido do exercício de 2017:

Data Lançamento	Histórico	Valor
02/01/2017	Transferência de Saldo de Ajuste de Exercício Anterior 2016	(21.223,65)
01/04/2017	Ajuste decorrente de Reclassificação de Bens	(800,42)
29/12/2017	Valor ajuste Pessoa Jurídica de anos anteriores	(5.535,97)
29/12/2017	Valor ajuste Pessoa Jurídica de anos anteriores	(9.644,75)
29/12/2017	Ajuste na Provisão para Perdas de Créditos PJ de anos anteriores	(346.965,88)
29/12/2017	Ajuste na Provisão para Perdas de Créditos PF de anos anteriores	(707.540,86)
Total		(1.091.711,53)

Ajustados ao Patrimônio Líquido em 2016:

Data Lançamento	Histórico	Valor
02/01/2016	Ajuste de Provisão de INSS de Serviço Autônomo contratado nas Folhas 12/2014 e 01/2015	(549,49)
02/01/2016	Transferência de Saldo de Ajuste de Exercício Anterior 2015	(617.498,59)
31/12/2016	Ajuste na Provisão para Perdas de Créditos	21.773,14
Total		(596.274,94)

15. Despesas por natureza

As Variações Patrimoniais Diminutivas foram incorridas da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Depreciação e Amortização	77.734,39	66.950,95
Despesas com Pessoal e Encargos	3.964.551,71	3.588.796,92
Despesas com Contratação de Terceiros	1.461.531,43	2.434.963,84
Transferências Intragovernamentais	908.819,70	347.245,29
Desvalorização e Perdas de Ativos	802.559,77	-
Total	7.215.197,00	6.437.957,00

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2017	2016
Varição Patrimonial aumentativa (Receita)	7.778.918,71	7.396.831,59
(-) Varição Patr. Diminutiva (Despesa)	(7.215.197,00)	(6.232.585,59)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	563.721,71	1.164.246,00

Resultado Orçamentário	2017	2016
Receita Orçamentária Arrecadada	7.065.691,41	6.584.329,01
(-) Despesas Liquidadas	(6.637.710,14)	(5.661.438,11)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	427.981,27	922.890,90

Resultado Financeiro	2017	2016
Saldo em Espécie para Exercício Seguinte	6.773.128,56	6.549.204,97
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	(6.549.204,97)	(6.001.611,83)
(=) Superávit Financeiro Apurado	223.923,59	547.593,14

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis - SC, 06 de abril de 2018.